O perfil do diplomata Angolano. Desafios e perspectivas na era contemporânea

Juvenal Quicassa

Mestre, Especialista em Relações Internacionais

Professor Assistente Instituto Superior Politécnico do Kangonjo e Instituto Superior Politécnico Internacional de Angola.

Pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas da Unipiaget (Benguela).

E-mail: juvenalquicassa@gmail.com

Resumo

O estudo analisa o perfil do diplomata angolano, abordando seus desafios e perspectivas na era contemporânea. Desde a independência de Angola (1975), a diplomacia tem sido um instrumento fundamental na política externa, evoluindo de uma abordagem ideológica para uma estratégia pragmática e funcionalista. Inicialmente influenciada pela Guerra Fria, a política externa angolana priorizava alianças estratégicas para garantir estabilidade interna e reconhecimento internacional. Com o fim da Guerra Fria e a transição econômica, Angola adotou uma diplomacia econômica, buscando investimentos estrangeiros e parcerias estratégicas, como na relação com a China, voltada para infraestrutura e desenvolvimento econômico. A formação e qualificação dos diplomatas é outro aspecto central do estudo, destacando a necessidade de um equilíbrio entre competência técnica e influência política. A diplomacia digital e o uso de novas tecnologias são apontados como elementos essenciais para a modernização diplomática, exigindo maior presença de Angola em redes sociais e plataformas digitais para fortalecer sua projeção global. A diplomacia econômica, a inserção de Angola na Zona de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA) e a necessidade de melhoria do ambiente de negócios são factores críticos para fortalecer a competitividade e a presença internacional do país. O artigo conclui que a reforma estrutural, o fortalecimento institucional e a adaptação às novas dinâmicas globais são essenciais para consolidar a influência regional e internacional de Angola.

Abstract

The study analyzes the profile of the Angolan diplomat, addressing their challenges and perspectives in the contemporary era. Since Angola's independence (1975), diplomacy has been a fundamental instrument in foreign policy, evolving from an ideological approach to a pragmatic and functionalist strategy. Initially influenced by the Cold War, Angolan foreign policy prioritized strategic alliances to ensure internal stability and international recognition. With the end of the Cold War and the economic transition, Angola adopted economic diplomacy, seeking foreign investments and strategic partnerships, such as its relationship with China, focused on infrastructure and economic development. The training and qualification of diplomats is another central aspect of the study, highlighting the need for a balance between technical competence and political influence. Digital diplomacy and the use of new technologies are identified as essential elements for diplomatic modernization, requiring greater Angola's presence on social media and digital platforms to strengthen its global projection. Economic diplomacy, Angola's integration into the African Continental Free Trade Area (AfCFTA), and the need to improve the business environment are critical factors in strengthening the country's competitiveness and international presence. The article concludes that structural reform, institutional strengthening, and adaptation to new global dynamics are essential for consolidating Angola's regional and international influence.

INTRODUÇÃO

A diplomacia é uma das ferramentas essenciais para a afirmação do Estado no cenário internacional, sendo fundamental para a defesa dos interesses nacionais e para a construção de relações bilaterais e multilaterais. No contexto angolano, a diplomacia tem desempenhado um papel estratégico desde a independência em 1975, influenciando não apenas as relações políticas e econômicas do país, mas também sua projeção global. Assim, torna-se relevante analisar o perfil do diplomata angolano, compreendendo suas competências, desafios e a evolução de sua actuação ao longo do tempo.

Diante de um cenário internacional em constante transformação, marcado por disputas geopolíticas, globalização econômica e avanços tecnológicos, algumas questões emergem: quais são as principais características que definem o diplomata

angolano? Como sua formação e experiência moldam sua capacidade de representar Angola no exterior? Quais desafios ele enfrenta na condução da política externa, especialmente no contexto de um mundo multipolar e digitalizado?

Além disso, é necessário refletir sobre o impacto da diplomacia econômica e da inserção de Angola nas dinâmicas comerciais internacionais. Em um mundo onde a diplomacia não se restringe apenas no campo político, mas se estende à economia, segurança e cultura, qual é o papel do diplomata angolano na promoção do desenvolvimento nacional? Até que ponto as novas tecnologias e as redes sociais influenciam sua actuação?

Este estudo busca explorar essas questões, analisando não apenas a formação e qualificação dos diplomatas angolanos, mas também as exigências contemporâneas da carreira diplomática e as perspectivas para o futuro. Dessa forma, pretende-se contribuir para um entendimento mais aprofundado sobre o papel desses agentes na construção da posição internacional de Angola.

A DIPLOMACIA ANGOLANA: ORIGENS E EVOLUÇÃO

A diplomacia angolana, ao servir como uma forma de projeção do estado nas relações internacionais, foi configurada dentro de uma realidade histórica que era intrincada e infundida com fatores coloniais, ideológicos e geopolíticos.

Angola era uma colônia portuguesa e não poderia ter relações exteriores directas, pois suas políticas eram ditadas pelo governo em Lisboa, que atendia às necessidades da metrópole. As relações diplomáticas de Portugal com outros países, especialmente aqueles com interesses na África, determinaram as interações externamente orientadas de Angola. (Ferreira, 2017).

A diplomacia angolana, no entanto, começou a emergir durante a década de 1960, embora de forma fragmentada entre grupos nacionalistas emergentes na luta pela libertação actuando no palco mundial e projectando-o sem considerar o palco doméstico.

MPLA, FNLA e UNITA buscaram fortemente o apoio estrangeiro para sustentar as suas lutas políticas e militares, o que, por sua vez, ajudou na diplomacia por meio de diferentes potências internacionais. Assim, a diplomacia angolana, mesmo antes da independência, já tinha ambições de escapar da luta da guerra fria e das alianças entre as potências ocidentais e socialistas criadas. (Santos, 2019).

O reconhecimento internacional do governo angolano após a proclamação da independência, em 11 de novembro de 1975, foi um dos primeiros desafios da diplomacia nacional, pois que, a partir daí, o Estado passaria a agir como uma actor detentor de todas as pregorrativas do Direito Internacional. O MPLA, liderado por Agostinho Neto, recebeu o imediato apoio da União Soviética e de Cuba, enquanto que os movimentos opositores tinham o suporte de países ocidentais, como os Estados Unidos, e de potências regionais, como a África do Sul, no caso concreto da UNITA e do FNLA. (Carvalho, 2020).

Esse cenário inicial condicionou a orientação diplomática angolana nos primeiros anos pós-independência, tornando-a altamente dependente de alianças ideológicas e pragmáticas para garantir sua soberania e segurança.

Do ponto de vista funcionalista, a diplomacia angolana se estruturou como um mecanismo essencial para consolidar a independência do Estado, obter reconhecimento internacional e viabilizar a estabilidade interna.

A função primordial da diplomacia nesse período era garantir que Angola fosse aceita na comunidade internacional e, ao mesmo tempo, fortalecer sua posição política e militar, algo que o governo do MPLA fez ao estabelecer alianças estratégicas e ingressar em organizações internacionais como a ONU e a União Africana. (Moreira, 2021).

A partir desse modelo, percebe-se que a diplomacia foi concebida como um instrumento de estabilização política e

econômica, o que seria uma constante na política externa angolana nas décadas seguintes.

A Política Externa Angolana desde a Independência (1975)

Desde a independência, a política externa de Angola foi profundamente influenciada por fatores ideológicos, estratégicos e econômicos. Tal como pontua Silva (2018), nos primeiros anos, o governo do MPLA adotou uma postura alinhada ao bloco socialista, recebendo apoio militar e econômico da União Soviética e de Cuba, enquanto combatia movimentos de oposição apoiados pelo Ocidente. Durante essa fase, a diplomacia angolana foi essencialmente defensiva, buscando garantir a sobrevivência do regime e a unidade territorial do país em meio a uma guerra civil prolongada.

A partir da década de 1990, com o fim da Guerra Fria e a transição global para um ambiente multipolar, a política externa angolana passou por uma reorientação pragmática e estratégica. O governo adotou uma abordagem mais equilibrada, buscando normalizar relações com os Estados Unidos e a União Europeia, ao mesmo tempo em que mantinha laços históricos com antigos aliados. (Ferreira, 2017).

Tal como pontua Moreira (2021), a adesão ao modelo de economia de mercado e o fim da guerra civil em 2002 impulsionaram a diplomacia econômica angolana, que passou a priorizar investimentos estrangeiros e parcerias estratégicas para o desenvolvimento nacional.

Nesse contexto, ainda segundo o autor, Angola fortaleceu laços com a China, que se tornou um dos principais parceiros econômicos do país, sobretudo no sector de infraestrutura e energia. A cooperação sino-angolana exemplifica uma abordagem funcionalista na diplomacia do país, pois priorizou interesses econômicos e de desenvolvimento em detrimento de alinhamentos ideológicos. A diplomacia angolana passou, então, a actuar de forma mais autônoma, explorando diferentes frentes para maximizar seus interesses nacionais.

No âmbito regional, Angola passou a desempenhar um papel fundamental na estabilização da África Austral, mediando conflitos na República Democrática do Congo e participando activamente da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), tal como é discutido por Carvalho (2020).

Essa postura evidencia uma evolução da política externa angolana, que passou de uma diplomacia de sobrevivência para uma diplomacia de influência regional. Nos últimos anos, a política externa angolana tem buscado diversificação de parcerias, promovendo maior inserção no mercado internacional e tentando reduzir a dependência de poucos aliados estratégicos. (Silva, 2018).

O fortalecimento da diplomacia econômica, aliado à necessidade de melhorar a imagem do país no exterior, reflete uma adaptação pragmática da política externa às novas dinâmicas internacionais.

Dessa forma, a trajetória da política externa angolana demonstra uma transição de um modelo inicialmente ideológico para uma abordagem cada vez mais pragmática e funcionalista, voltada para a consolidação da soberania, estabilidade e desenvolvimento nacional.

FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO DIPLOMATA ANGOLANO

A diplomacia angolana, como em qualquer outro Estado, tal como já frisado aquando deste aparato teórico referidamente nas seções anteriores, desempenha um papel essencial na defesa dos interesses nacionais no plano internacional. O acesso à carreira diplomática em Angola está condicionado a um conjunto de requisitos que refletem tanto a necessidade de excelência académica quanto a adaptação a um sistema burocrático e meritocrático.

O recrutamento e a seleção dos diplomatas angolanos são moldados não apenas por critérios técnicos, mas também por dinâmicas de poder e influência política. Como observado em muitos países, a diplomacia é frequentemente um instrumento

político do Estado, e a seleção de seus membros pode refletir alianças internas e a lógica do poder doméstico. Embora a carreira diplomática em Angola seja oficialmente estruturada para seguir os princípios da política externa do país, a prática revela que factores políticos desempenham um papel significativo na nomeação e progressão desses profissionais .

Historicamente, figuras proeminentes na diplomacia angolana têm demonstrado a interseção entre competência técnica e conexões políticas. Por exemplo, António Brito Sozinho, além de músico e empresário, ocupou diversos cargos diplomáticos de destaque, sendo nomeado embaixador em vários países africanos. Sua trajetória ilustra como relações políticas e influência podem impactar a carreira diplomática.

Outro exemplo é Lúcio Lara, que, além de suas funções diplomáticas, teve um papel central na estruturação política do país, evidenciando a sobreposição entre actividades diplomáticas e políticas.

Georges Chikoti também exemplifica essa dinâmica, com uma formação técnica sólida, sua carreira diplomática foi marcada por posições políticas influentes, incluindo o cargo de Ministro das Relações Exteriores.

Esses casos indicam que, em Angola, a ascensão na carreira diplomática frequentemente depende não apenas de qualificações técnicas, mas também de alianças políticas e influência dentro das estruturas de poder.

No entanto, no plano formal, o ingresso na carreira diplomática em Angola é regido por critérios estabelecidos no Decreto Presidencial n.º 209/11, de 3 de agosto de 2011 . O concurso de admissão inclui provas escritas e orais, testes psicotécnicos e uma avaliação sobre os conhecimentos da política externa angolana. Podemos olhar esse processo como um mecanismo que visa garantir que os diplomatas possuam competências que contribuam para a eficiência do aparelho estatal, assegurando de igual modo que a política externa do país seja conduzida por indivíduos qualificados.

No entanto, há desafios estruturais nesse processo. Em muitos casos, o mérito académico e profissional pode ser relativizado por factores como a influência de redes políticas ou a necessidade de composição geográfica e étnica dentro do corpo diplomático. Isso reflete um dilema clássico entre realismo e funcionalismo, onde a necessidade de estabilidade institucional entra em tensão com as dinâmicas do poder.

Como resultado disto, a Associação dos Diplomatas Angolanos manifestou preocupação com a introdução de indivíduos alheios à instituição, baseados em relações de amizade e familiares, contornando os concursos públicos estabelecidos . (Novo Jornal, 2023)

A Formação Académica e Técnica do Diplomata Angolano

Devemos reconhecer que a formação de um diplomata eficaz depende em grande medida do equilíbrio entre conhecimento teórico e experiência prática, pese embora o contexto angolano apresenta vários exemplos que contrariam essa visão. Mas, não obstante, a isto, a capacitação diplomática deve ser estruturada para atender às necessidades do Estado, formando profissionais aptos a representar Angola nos variados palcos internacionais.

Em Angola, a formação de diplomatas envolve a aquisição de competências em áreas como negociação internacional, direito diplomático, economia política global e protocolo diplomático. Historicamente, o Instituto de Relações Internacionais (ISRI) desempenhou um papel central nesse processo. Com a sua cessação através do Decreto Presidencial n.º 285/20, de 29 de outubro de 2020 , outras instituições assumiram essa responsabilidade, destacando-se a Academia Diplomática Venâncio de Moura (ADVM) e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais (CIS). Este decreto determinou a descontinuidade da oferta do curso de Licenciatura em Relações Internacionais até ao final do ano académico de 2024.

Vale considerar que a formação diplomática não se limita à aquisição de conhecimentos técnicos. Ela também envolve a internalização dos interesses nacionais e a

capacidade de interpretar e responder às dinâmicas de poder internacionais. Nesta ordem de ideia, os autores como Le Boterf (1995), destacam que a competência é constituída por três eixos: característicos pessoais, formação educacional e experiência profissional.

Além disso, o "Oxford Handbook of Modern Diplomacy" identifica mudanças essenciais na diplomacia moderna, incluindo o crescente número e tipo de actores, a expansão dos temas abordados e os diferentes níveis de envolvimento diplomático, exigindo dos diplomatas habilidades para navegar em contextos complexos e multifacetados. (Cooper, Heine, & Thakur, 2013). Desta feita, assume-se que a prática diplomática, exige uma formação que combine teoria e pragmatismo, com um foco especial em relações bilaterais e multilaterais, além da história e da política de Angola.

Deve ser defendida a ideia de que a formação de diplomatas seja adaptada prioritariamente às necessidades da política externa angolana, olhando principalmente para os sectores estratégicos como cooperação sul-sul, diplomacia econômica e gestão de crises internacionais. Assim, a capacitação contínua, através de programas de formação contínua e especialização, é essencial para manter a competitividade dos diplomatas angolanos.

Recentemente, a ADVM lançou o programa "Diplomatas para o Futuro ", visando capacitar quadros para actuarem nos sectores público e privado, bem como em organizações internacionais, precisamente para atender a este desafio que cada vez tem se mostrado necessário atendendo as novas dinâmicas da geopolítica global. (ADVM, 2023)

A existência de instituições especializadas na formação diplomática é essencial para a modernização do aparelho do Estado e para garantir que a política externa seja conduzida de forma profissional.

Portanto, a carreira diplomática em Angola reflete tanto as dinâmicas de poder internas quanto a necessidade de modernização e profissionalização do serviço diplomático. O equilíbrio entre esses dois aspectos é essencial para que Angola possa consolidar sua posição no cenário internacional.

CARACTERÍSTICAS E COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS PARA O DIPLOMATA ANGOLANO

A diplomacia, enquanto ferramenta central da política externa dos Estados, desempenha um papel essencial na projeção do poder nacional e na defesa dos interesses estratégicos de um país.

Uma abordagem realista, que enfatiza a primazia dos interesses nacionais e a lógica do poder, combinada com uma perspectiva funcionalista, que destaca a importância da cooperação e das estruturas institucionais, permite uma análise profunda das características e competências essenciais do diplomata angolano.

Habilidades Políticas e Estratégicas

O diplomata angolano deve possuir um entendimento aguçado da política internacional e das dinâmicas do poder global. Como argumenta Morgenthau (1948), a política internacional é regida pelo princípio da "luta pelo poder" e, nesse contexto, a diplomacia é um instrumento essencial para assegurar os interesses do Estado. A inserção de Angola nos fóruns multilaterais, como a União Africana (UA) e as Nações Unidas, exige habilidades estratégicas para negociar e formar alianças que maximizem os interesses nacionais.

Angola, como potência regional emergente continuamente, precisa de diplomatas capacitados para actuar em negociações complexas, seja no contexto da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) ou no fortalecimento de laços com potências como China, Rússia e Estados Unidos da América.

A diplomacia econômica também é um pilar essencial, especialmente em relação ao petróleo, gás e infraestruturas. Como apontado pelo Instituto de Estudos de Segurança. (ISS Africa), a diplomacia angolana tem sido orientada para o pragmatismo econômico, promovendo parcerias estratégicas com base em interesses concretos, em vez de alinhamentos ideológicos rígidos.

Conhecimento Linguístico e Cultural

A capacidade de comunicação eficaz é um dos pilares da diplomacia. Face ao actual contexto mundial caracterizado pelos longos ombros da globalização, é imperioso que o diplomata angolano domine línguas estrangeiras, principalmente o inglês e o francês, que são essenciais para a actuação em organismos multilaterais e negociações bilaterais.

Outro sim, conforme enfoca Nye (2004), o "soft power" de um país é fortalecido pela capacidade de seus representantes de interagir com diferentes culturas e influenciar percepções internacionais.

Além disso, um profundo conhecimento das dinâmicas culturais africanas e internacionais permite uma actuação mais eficaz. Assim sendo, Angola, como Estado com uma rica diversidade étnica e cultural, deve de forma continuada projectar uma diplomacia que compreenda e valorize essas diferenças.

O Instituto Real de Assuntos Internacionais (Chatham House), destaca que a diplomacia cultural pode ser um instrumento poderoso para reforçar a imagem de Angola no cenário global.

Ética e Conduta Profissional

A credibilidade de um diplomata e, consequentemente, do Estado que representa, está directamente ligada à sua conduta ética. Pese embora o realismo político de Morgenthau (1948), enfatize que os interesses nacionais são centrais nas decisões diplomáticas, sem muita ênfase a ética e a moral, pensadores como Raymond Aron argumentam que uma diplomacia eficaz requer um equilíbrio entre pragmatismo e princípios normativos.

Aron (1962), sugere que, embora os Estados busquem maximizar seus interesses, a consideração de valores éticos e normativos é crucial para a legitimidade e eficácia das ações diplomáticas.

No quadro dessas visões, é vital reconhecermos que os padrões éticos da diplomacia angolana devem procurar continuamente desenvolver-se tendo em conta as convenções internacionais e com as diretrizes do Ministério das Relações Exteriores.

Tal como observado regularmente nos relatórios da Transparency International (2023), a percepção de corrupção pode enfraquecer a eficácia da diplomacia, tornando essencial o compromisso com boas práticas de governança. Além disso, a ética na diplomacia não apenas fortalece as relações bilaterais, mas também influencia a percepção pública e a opinião internacional.

Desta feita, deve ser afirmar o compromisso da profissionalização do serviço diplomático angolano na valorização de quadros qualificados e comprometidos com a ética pública.

Flexibilidade e Adaptação a Cenários Internacionais Complexos

A ordem internacional contemporânea caracteriza-se por sua volatilidade, com desafios como mudanças geopolíticas, crises econômicas e ameaças transnacionais. Nesse contexto, o diplomata angolano deve demonstrar alta capacidade de adaptação. A abordagem funcionalista de David Mitrany (1943), na sua obra A Working Peace System enfatiza a importância da cooperação institucional como resposta a desafios globais, o que implica que a diplomacia angolana deve se engajar activamente em estruturas regionais e internacionais para buscar soluções conjuntas.

O recente caso da pandemia de COVID-19, demonstrou cruamente a necessidade de os diplomatas tornarem-se cada vez mais capazes de lidar com emergências globais e de negociar cooperações estratégicas em saúde e segurança. Além disso, a ascensão de novas potências, como a China, requer uma diplomacia ágil para equilibrar interesses econômicos e estratégicos. Esta adaptabilidade face às complexas ondas internacionais e domínios variados reforçam a necessidade de os angolanos desenvolverem a capacidade de se adaptar, para a conceção de respostas pragmáticas e eficazes aos cenários globais.

Como apontado por analistas do International Crisis Group (2023), a

capacidade de adaptação é um factor determinante para o sucesso diplomático, especialmente em países em desenvolvimento que buscam consolidar sua influência internacional .

A diplomacia angolana enfrenta desafios e oportunidades significativas no cenário internacional. O realismo político indica que a maximização dos interesses nacionais deve guiar a actuação dos diplomatas, enquanto a perspectiva funcionalista sugere que a integração institucional e a cooperação são essenciais para enfrentar desafios comuns. Assim, habilidades políticas e estratégicas, conhecimento linguístico e cultural, ética profissional e flexibilidade são pilares fundamentais para o sucesso da diplomacia angolana no século XXI.

A profissionalização contínua do corpo diplomático angolano é de extrema vitalidade para fortalecer a posição do país no cenário global. Como ressaltado pelo Fórum Económico Mundial, a diplomacia moderna exige um equilíbrio entre pragmatismo e valores, e Angola deve investir na capacitação de seus diplomatas para consolidar sua influência regional e global.

O DIPLOMATA ANGOLANO NO CONTEXTO DA DIPLOMACIA ECONÔMICA

Nos mais recentes anos, a diplomacia econômica tem se constituído em uma das principais variáveis da política externa angolana. Como destaca a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2022) , países em desenvolvimento, como é o caso de Angola, devem procurar adotar estratégias diplomáticas que atraiam e garantam investimentos estrangeiros e consequentemente a diversificação da economia.

Neste sentido, a actuação dos diplomatas angolanos deve estar preferencialmente focada na captação de investimentos e na promoção de parcerias internacionais que impulsionem sectores estratégicos como energia, mineração, agricultura e tecnologia, os quais têm se mostrado chaves para a concretização da desejada “Diversificação da Economia”.

Angola tem buscado atrair investidores através de reformas no ambiente de negócios, promovidas por órgãos como a Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (AIPEX). Entretanto, desafios como a burocracia, a falta de infraestrutura e a corrupção ainda dificultam a implementação plena da diplomacia econômica.

Tendo em conta a perspectiva de North (1990), que desenvolveu a teoria das instituições econômicas, defende que o crescimento econômico sustentável depende da existência de instituições eficientes e transparentes. Segundo North, quando existe altos níveis de corrupção e burocracia, os custos de transação aumentam e a previsibilidade dos negócios diminui, desestimulando investimentos de longo prazo. Em Angola, esses factores criam um ambiente de negócios incerto, limitando a capacidade dos diplomatas de negociarem acordos econômicos vantajosos.

De acordo com relatórios do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) de 2023 , a corrupção em Angola tem sido historicamente um dos principais entraves ao desenvolvimento econômico, apesar das recentes reformas promovidas pelo governo. O Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional frequentemente coloca Angola entre os países com maiores desafios nessa área, o que compromete a confiança de investidores e dificulta a implementação de políticas de diplomacia econômica eficazes. (Jornal Expansão, 2023)

Além disso, a adesão de Angola à Zona de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA) representa uma oportunidade significativa para fortalecer sua presença nos mercados regionais. De acordo com Baldwin (2016), a participação em blocos comerciais permite que os países aumentem sua competitividade, diversifiquem suas exportações e melhorem sua infraestrutura de negócios. No caso de Angola, a AfCFTA consegue possibilitar a criação de um mercado integrado de mais de 1,3 bilhão de pessoas, ampliando as oportunidades para exportação de bens e serviços não petrolíferos.

Além disso, a teoria do regionalismo econômico, defendida por Viner (1950),

sugere que a integração comercial pode trazer benefícios líquidos ao desenvolvimento econômico, desde que os países adotem políticas eficazes para evitar a simples substituição de importações externas sem ganhos produtivos internos. Para Angola, isso significa que a diplomacia deve se concentrar não apenas na redução de barreiras tarifárias, mas também no fortalecimento das cadeias de valor regionais.

Face a isto, os diplomatas angolanos devem, portanto, procurar actuar activamente na construção de estratégias que posicionem o país como um hub econômico regional, explorando seu potencial energético e logístico.

Segundo Krugman (1991), o sucesso de um país como hub econômico depende de sua localização estratégica e capacidade de oferecer serviços eficientes de transporte e energia. Não é novidade que Angola possui portos estratégicos, como o de Luanda e o de Lobito, além de um sector energético em expansão que pode suprir a crescente demanda da região.

A inserção de Angola no cenário global e os desafios geopolíticos

É nuamente notório o contínuo esforço de Angola no cenário global, em consolidar sua influência através da participação em organismos internacionais como as Nações Unidas (ONU), a União Africana (UA) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). No entanto, é importante reforçar que apesar desses avanços, o país ainda enfrenta desafios significativos relacionados à sua projeção externa e à formulação de uma política externa mais assertiva.

Do ponto de vista do realismo político de Morgenthau (1948), Angola precisa definir com maior clareza suas prioridades geopolíticas, equilibrando suas relações com grandes potências como China, Estados Unidos e Rússia. Segundo análises do Instituto Real de Assuntos Internacionais (Chatham House), a crescente influência chinesa em África tem moldado as escolhas estratégicas de países como Angola, especialmente no sector de infraestrutura e energia.

Além disso, o contexto geopolítico africano apresenta desafios internos, como a instabilidade em países vizinhos e o impacto de conflitos regionais. Nesta ordem de ideia, podemos perspectivar que a presença de Angola em missões de mediação e manutenção da paz tem sido um instrumento de soft power, para dar solidez a sua afirmação como um actor diplomático relevante a nível do continente.

O impacto das novas tecnologias e das redes sociais na actuação diplomática (diplomacia digital)

A revolução digital das últimas décadas tem revolucionado a prática diplomática, tornando-a mais dinâmica e acessível. Tal como aponta o Conselho Europeu de Relações Exteriores (ECFR), as redes sociais e as novas tecnologias desempenham um papel crescente na diplomacia pública, permitindo que os Estados comuniquem directamente com a opinião pública global e influenciem narrativas internacionais.

De igual modo, em junho 2023 o Conselho da União Europeia, em suas conclusões sobre diplomacia digital, destacou a importância de fortalecer a ação da UE nos assuntos digitais globais, reconhecendo o papel das tecnologias digitais na política externa e de segurança .

No caso angolano, o uso de plataformas digitais ainda é um elemento limitado no contexto diplomático. A presença de Angola em redes sociais como Twitter e LinkedIn é bastante reduzida em comparação com outros Estados africanas, o que pode ter impactos materiais no que toca a limitação da sua capacidade de engajamento e projeção internacional.

As inovadoras redes socias chamam atenção da necessidade de Angola actualizar os seus moldes operandos no campo diplomática, devido a própria dinâmica que estas tecnologias conferem aos Estados principalmente no que toca a sua projeção e difusão. Para modernizar sua diplomacia, Angola precisa investir na capacitação de seus diplomatas em matéria de diplomacia digital, utilizando as novas tecnologias para fortalecer sua presença global e aprimorar a comunicação com parceiros estratégicos.

Vale destacar a cooperação entre o MIREX e a empresa Huawei que recentemente resultou na criação de um parque tecnológico em Luanda, inaugurado pelo presidente angolano . Este centro foi projectado com o papel de formar mais de 10 mil angolanos, incluindo docentes de cursos técnicos e tecnológicos, até 2027, fortalecendo a infraestrutura tecnológica e a capacitação em TIC no país.

Ao nosso ver, seria vital o aproveitamento deste parque para criar programas de treinamento para formação especifica dos diplomatas angolanos no dominio das TIC´s para fazer funcionar de forma mais pragmática a tendência da diplomacia digital.

Perspectivas futuras para a diplomacia angolana

O futuro da diplomacia angolana dependerá da sua capacidade de adaptação às mudanças globais e de sua habilidade em implementar reformas estruturais que fortaleçam sua actuação internacional. A diversificação da economia, o fortalecimento das instituições e a capacitação de seus diplomatas são factores essenciais para consolidar sua presença no cenário global.

O fortalecimento da diplomacia econômica deve ser uma prioridade, com um foco especial na atração de investimentos e no estabelecimento de parcerias estratégicas. A integração regional também deve ser explorada de maneira mais eficaz, aproveitando as oportunidades oferecidas por organizações como a AfCFTA e a SADC.

Além disso, a modernização da prática diplomática, incluindo o uso de novas tecnologias e redes sociais, será fundamental para garantir que Angola acompanhe as tendências globais e amplie sua capacidade de influência. Como observa o International Crisis Group, a adaptação às novas dinâmicas globais é essencial para que países em desenvolvimento consolidem sua presença no cenário internacional.

Em suma, a diplomacia angolana enfrenta desafios significativos, mas também possui oportunidades para expandir sua influência e fortalecer sua posição global. A combinação de uma diplomacia econômica eficaz, uma estratégia geopolítica bem definida e o uso inteligente das novas tecnologias pode permitir que Angola alcance um papel mais proeminente nas relações internacionais nas próximas décadas.

CONCLUSÃO

A diplomacia angolana tem evoluído significativamente desde a independência em 1975, passando de uma política externa essencialmente defensiva e ideológica para um modelo mais pragmático e funcionalista. Inicialmente marcada por alianças estratégicas durante a Guerra Fria e pela busca de reconhecimento internacional, a diplomacia angolana hoje se volta para a diplomacia econômica, a inserção regional e global e o fortalecimento das instituições diplomáticas.

Um dos principais desafios que Angola enfrenta na sua diplomacia é a necessidade de modernização e adaptação às novas dinâmicas internacionais. A globalização, os avanços tecnológicos e as mudanças no equilíbrio geopolítico exigem que o país desenvolva uma abordagem mais flexível e estratégica, investindo na formação de seus diplomatas e na capacitação em áreas como diplomacia digital e inteligência econômica. A ausência de uma forte presença digital na comunicação internacional e a necessidade de maior engajamento em plataformas de influência global são fatores que precisam ser trabalhados para que Angola amplie sua projeção diplomática.

A diplomacia econômica surge como um dos principais eixos da política externa angolana, buscando atrair investimentos estrangeiros e promover a diversificação da economia. No entanto, desafios como a burocracia, a corrupção e a infraestrutura deficiente ainda comprometem o pleno aproveitamento das oportunidades geradas por acordos regionais como a Zona de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA). A melhoria do ambiente de negócios e o fortalecimento das instituições são fundamentais para que Angola se posicione como um hub econômico regional e aumente sua competitividade internacional.

Além da economia, a política externa angolana também desempenha um papel ativo

na estabilidade regional. A participação do país em mediações de conflitos e na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) demonstra o compromisso de Angola com a paz e segurança na África. O engajamento diplomático do país tem permitido consolidar sua posição como um ator relevante no continente, embora ainda existam desafios relacionados à definição mais clara de prioridades geopolíticas e à diversificação de alianças estratégicas.

Outro ponto crucial para o futuro da diplomacia angolana é a incorporação das novas tecnologias na condução das relações internacionais. A diplomacia digital e o uso das redes sociais como ferramentas de projeção global tornam-se indispensáveis em um mundo cada vez mais conectado. A parceria entre o Ministério das Relações Exteriores (MIREX) e a Huawei, que resultou na criação de um parque tecnológico em Luanda, representa um passo importante na modernização do sector. Entretanto, é necessário que essa infraestrutura seja utilizada também para capacitar diplomatas no uso estratégico da tecnologia e das redes sociais para fins diplomáticos.

Portanto, o futuro da diplomacia angolana tal como já frisado dependerá da sua capacidade de adaptação às mudanças globais e da implementação de reformas estruturais que fortaleçam sua atuação internacional.

A combinação de uma diplomacia econômica eficaz, uma inserção geopolítica bem definida e o uso inteligente das novas tecnologias poderá permitir que Angola alcance um papel mais proeminente no cenário internacional nas próximas décadas. O sucesso da diplomacia angolana exigirá, assim, um equilíbrio entre pragmatismo e valores, garantindo que os interesses nacionais sejam promovidos de forma ética, eficiente e inovadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Academia Diplomática Venâncio de Moura (ADVM). (2023). Programa "Diplomatas para o Futuro" capacita quadros para o sector diplomático. Ministério das Relações Exteriores de Angola. Disponível em: www.mirex.gov.ao

Aron, R. (1962). Paix et guerre entre les nations. Paris: Calmann-Lévy.

Baldwin, R. (2016). The Great Convergence: Information Technology and the New Globalization. Harvard University Press.

Banco Mundial. (2023). Angola Economic Update: Navigating Economic Reforms. Washington, D.C.: The World Bank Group.

Carvalho, A. (2020). A evolução da diplomacia angolana no contexto regional e global. Luanda: Editora Diplomacia Contemporânea. Disponível em: https://mirex.gov.ao/PortalMIREX/

Chatham House – Instituto Real de Assuntos Internacionais. (2023). Cultural Diplomacy and Africa's Global Engagement. Disponível em: www.chathamhouse.org

Diplomacy. Oxford: Oxford University Press.

Disponível em: https://novojornal.co.ao/politica/detalhe/associacao-dos-diplomatas-angolanos-preocupada-com-violacao-de-regras-no-mirex-para-admissao-na-funcao-publica--31617.html

Ferreira, M. (2017). História e política externa de Angola: Das alianças ideológicas ao pragmatismo econômico. Lisboa: Instituto de Relações Internacionais.

Fundo Monetário Internacional (FMI). (2023). World Economic Outlook: Growth Amid Uncertainty. Washington, D.C.: International Monetary Fund.

Instituto Real de Assuntos Internacionais (Chatham House). (2023). China's Expanding Influence in Africa: Implications for Angola's Foreign Policy. Disponível em: www.chathamhouse.org

International Crisis Group. (2023). Adapting Diplomacy in Developing Nations: Challenges and Opportunities. Disponível em: www.crisisgroup.org

Jornal Expansão. (2023). Corrupção e Investimentos em Angola: Obstáculos e Reformas Econômicas. Luanda: Expansão.

Krugman, P. (1991). Geography and Trade. MIT Press.

Le Boterf, G. (1995). De la compétence: Essai sur un attracteur étrange. Paris: Éditions d'Organisation.

Mitrany, D. (1943). A Working Peace System: An Argument for the Functional Development of International Organization. London: Royal Institute of International Affairs.

Moreira, P. (2021). O papel da diplomacia econômica na inserção de Angola no mercado global. Luanda: Universidade Agostinho Neto.

Morgenthau, H. J. (1948). Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace. New York: Alfred A. Knopf.

Morgenthau, H. J. (1948). Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace. New York: Alfred A. Knopf.

North, D. C. (1990). Institutions, Institutional Change and Economic Performance. Cambridge: Cambridge University Press.

Novo Jornal. (2023, 18 de janeiro). Associação dos Diplomatas Angolanos denuncia admissões irregulares no MIREX. Novo Jornal. Disponível em: www.novojornal.co.ao

Nye, J. S. (2004). Soft Power: The Means to Success in World Politics. New York: PublicAffairs.

Santos, J. (2019). Diplomacia e independência: As relações internacionais de Angola antes e depois de 1975. Rio de Janeiro: Editora Geopolítica Africana.

Silva, R. (2018). Angola e o cenário multipolar: Desafios e oportunidades na política externa contemporânea. São Paulo: Editora Política Global.

Transparência Internacional. (2023). Índice de Percepção da Corrupção. Disponível em: www.transparency.org

Viner, J. (1950). The Customs Union Issue. Carnegie Endowment for International Peace.

Decreto Presidencial n.º 209/11 de 03 de agosto. Disponível em: https://lex.ao/docs/presidente-da-republica/2011/decreto-presidencial-n-o-209-11-de-03-de-agosto/

Decreto Presidencial n.º 285/20 de 29 de outubro

Decreto Presidencial n°. 5/21 de 4 janeiro